

Negociação Geral Anual para a Administração Pública

SINTAP exige respostas concretas e recuperação do poder de compra

O **SINTAP** reuniu, na passada segunda-feira, 19 de outubro, com o Ministro de Estado e das Finanças, Joaquim Miranda Sarmento, e com a Secretária de Estado da Administração Pública, Marisa Garrido, para a segunda ronda negocial no âmbito do processo de negociação geral anual para a Administração Pública.

O **SINTAP** manifesta grande preocupação e apreensão pelo facto de, **apesar de o Governo já ter na sua posse as propostas do Sindicato para este processo negocial, relativas a diversas matérias de grande interesse para os trabalhadores — entre as quais se destacam os aumentos salariais, a atualização do subsídio de alimentação e das ajudas de custo, bem como a necessidade urgente de proceder à revisão das carreiras gerais da Administração Pública (técnicos superiores, assistentes técnicos e assistentes operacionais) —**, a reunião de hoje ter terminado sem a apresentação de qualquer proposta concreta.

Com efeito, embora o Governo, dizendo que está a analisar as propostas do **SINTAP**, e não tendo fechado a porta a melhorias no Acordo Plurianual no que respeita às questões pecuniárias, **limitou-se a propor a recalendarização da negociação da atualização das ajudas de custo e de transporte em viatura própria para janeiro de 2027, o adiamento da retoma da negociação das carreiras gerais para dezembro e a revisão do SIADAP para o segundo semestre de 2027 -** matéria que o Acordo em vigor previa avançasse ainda no segundo semestre de 2026.

O SINTAP fez questão de sublinhar que é essencial garantir o cumprimento integral do Acordo Plurianual em vigor e a sua melhoria, à semelhança do que tem acontecido em anos anteriores. Neste sentido, reafirmou um conjunto de pontos fundamentais que deverão ser considerados nas próximas reuniões negociais, tendo em conta o aumento galopante do custo de vida que afeta os trabalhadores, nomeadamente:

- o cumprimento da calendarização da negociação das ajudas de custo e do transporte em viatura própria: esta negociação estava prevista para o segundo semestre de 2026, pelo que é de extrema importância respeitar o calendário acordado;

- a valorização salarial e atualização do subsídio de alimentação, com a apresentação de uma proposta que vá além dos valores mínimos estabelecidos no Acordo - 6,30 € para o subsídio de alimentação e 60,52 € ou um mínimo de 2,3% para os aumentos salariais -, dando resposta à necessidade de combater a subida generalizada dos preços, o aumento dos encargos com o crédito à habitação e a escalada dos valores das rendas. **O SINTAP exige propostas que impeçam a perda de poder de compra dos trabalhadores;**

- a negociação urgente das carreiras gerais, com efeitos a janeiro de 2027: é imperativo avançar com este processo, que abrange cerca de 350 mil trabalhadores da Administração Pública.

O SINTAP desafia o Governo no sentido de não fazer da próxima reunião negocial, prevista para a primeira ou segunda semana de novembro, **mais um mero exercício de cumprimento das obrigações legais em matéria de negociação coletiva.**

É fundamental que o Executivo apresente contrapropostas concretas, capazes de permitir avanços efetivos num processo negocial que, no atual contexto socioeconómico, assume uma importância determinante para os trabalhadores, para as suas famílias, e para a própria economia do país.

O SINTAP sempre afirmou que o Acordo Plurianual é insuficiente.

Face à alteração das circunstâncias e considerando que o Acordo Plurianual prevê uma cláusula que permite a sua revisão sempre que se verifiquem alterações substanciais das condições em que foi celebrado — como sucede atualmente —, **é imprescindível que o Governo dê uma resposta imediata que impeça a perda de poder de compra dos trabalhadores e o consequente agravamento das suas condições de vida.**

Os trabalhadores enfrentam atualmente grandes dificuldades, não só para honrarem os seus compromissos financeiros, mas também, cada vez mais, para satisfazerem necessidades básicas, como a alimentação, a saúde e a educação.

Reafirmando a sua matriz negocial de sempre, o SINTAP não pode, contudo, excluir a possibilidade de, perante a ausência de respostas por parte do Executivo e dando voz às legítimas reivindicações e expectativas dos trabalhadores, avançar para o protesto e luta.

Lisboa, 20 de outubro de 2026